



SOBRAL
PREFEITURA
SECRETARIA DA JUVENTUDE,
ESPORTE E LAZER



PARECER JURÍDICO

PARECER Nº 058/2022 – COJUR/SECJEL

PROCESSO Nº P203147/2022

INTERESSADA: Coordenadoria Administrativa Financeira da SECJEL.

ASSUNTO: Solicitação de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 011/2022 – SECULT, decorrente Pregão Eletrônico Nº 171/2021.

EMENTA: Licitações e Contratos Administrativos. Adesão a Ata de Registro de Preços. Órgão não participante. Aprovação.

I – DO RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre pedido, enviado pela Coordenadoria Administrativa e Financeira da SECJEL, para **Adesão (CARONA) a Ata de Registro de Preços nº 011/2022 – SECULT**, decorrente **Pregão Eletrônico Nº 171/2021**, cujo objeto é o “Registro de Preços para futuros e eventuais serviços de locação de som, iluminação e painéis de led para dar suporte na realização de eventos na cidade de Sobral promovidos pela Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral, conforme as especificações e quantitativos previstos no Edital”, tendo como detentora do registro de preços as empresas BR ALL COMERCIO, SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.054.102/0001-06 e R.N.L. MADEIRA ME, inscrita no CNPJ nº 07.879.214/0001 - 29.

O presente pleito foi justificado pelo setor requisitante conforme disposto abaixo:

“ Desde o ano de 2020, em virtude da pandemia de COVID-19, ficaram suspensas as atividades realizadas pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, com base na Lei Federal 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e no Decreto Municipal nº 2.371 de 16 de março de 2020, os quais orientam a suspensão temporária das atividades não essenciais. Entretanto, com a VACINAÇÃO para combater a COVID-19, já se vê o retorno



gradativo dos eventos obedecendo todos os protocolos recomendados pelo Município. Sendo assim, há a necessidade de serviços para garantir tais eventos do calendário e dar suporte a promoção e execução dos mesmos.

Ressalta-se que a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer realiza e apoia ao longo do ano uma série de eventos que demandam diferentes tipos e tamanhos de estrutura para a realização dos mesmos. Estes citados eventos tratam-se de atividades esportivas e de juventude realizados nos equipamentos da SECJEL, bairros da Sede e Distritos, além do calendário esportivo e de juventude anual da cidade que inclui a Meia Maratona, Copa Sobral, Circuito Sobralense de Esportes, Tardezinha de Lazer, Bike Sobral, Campeonato Sobralense de Futsal e Futebol, Gera da EJ – Estação da Juventude, Se Liga Juventude, Festival Sobralense de Juventudes, entre outros.

Isto posto, a referida adesão visa atender ao calendário que contempla estes e outros eventos promovidos pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer e, para o desenvolvimento de tal trabalho, é imprescindível a prestação de serviço de locação som, iluminação e painéis de led, pois o mesmo objetiva dar suporte na realização dos eventos realizados por esta Secretaria. ”

As peças processuais, até o presente momento carreado aos autos, são:

- a) Ofício, Justificativas e Termo de Referência, todos exarados pela Coordenadoria Administrativa Financeira da SECJEL;
- b) Ofício à CELIC, solicitando autorização para a referida adesão;
- c) Resposta da CELIC, autorizando a adesão;
- d) Ofício solicitando autorização à empresa detentora da ata, para a adesão;
- e) Anuência da empresa detentora da ata de registro de preços;
- f) Cópia do Edital da licitação de origem;
- g) Adjudicação e Homologação da licitação de origem e publicação do resultado final da licitação no DOM;
- h) Ata de Registro de Preços na íntegra e suas respectivas publicações;
- i) Documentos de habilitação da empresa detentora do registro de preços;



j) Autorização da autoridade máxima da SECJEL e solicitação de Parecer Jurídico.

É o relatório. Passamos a opinar.

II – DA DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA ANÁLISE JURÍDICA

De antemão, saliento que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos da consulta, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, econômica e financeira, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições desta Coordenadoria.

Convém sublinhar que parte das observações expendidas por esta assessoria jurídica não passam de recomendações, com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa assessorada, e não vinculá-la. Caso se opte por não as acatar, não haverá, necessariamente, ilegalidade no proceder, mas assunção de risco. Nesta hipótese, a autoridade deverá motivar sua decisão.

Ressalte-se que a autoridade consulente e os demais agentes envolvidos na tramitação processual devem possuir competência para a prática dos atos atinentes ao feito, cabendo-lhes aferir a exatidão das informações constantes dos autos, zelando para que todos os atos processuais sejam praticados por aqueles que detenham as correspondentes atribuições.

Neste sentido, revela o MS 24.631-6:

“É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. Mandado de segurança deferido. (STF - MS 24.631-6 - DISTRITO FEDERAL - Relator(a): Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008)”.

Por outro lado, o prosseguimento do feito sem a correção de questões que envolvam a legalidade, de observância obrigatória pela Administração, apontadas como óbices a serem corrigidos ou superados, são de responsabilidade exclusiva do ente público assistido.

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Ensina Ronny Charles, na obra “Leis de Licitações Públicas Comentadas” (p. 84, 2011), que o registro de preços é um procedimento permitido pela legislação, de forma a facilitar a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e à aquisição gradual de bens. Utilizando esse procedimento, pode-se deflagrar certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados, para que posteriores necessidades de obtenção dos bens e serviços sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços aferidos e de modo proporcional à demanda da Administração.

Cumprе destacar que há procedimento, denominado “carona” ou “adesão à ata de registro de preços”, acessório à formação da ata de registro de preço, consistente na adesão a esta por outros entes públicos. Tal instituto encontra amparo legal e constitucional e está regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, **alterado pelo Decreto Federal nº 9.488 de 30 de Agosto de 2018.**

Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer – SECJEL visa a aderir à Ata de Registro de Preços da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral. Por este modo de aquisição, o órgão participante possui a faculdade de aderir à ata de registro de preço após a devida consulta ao órgão gerenciador e a respectiva aceitação pelo fornecedor, condutas que foram devidamente observadas pelo requerente, que obteve anuência do gestor da ata bem como do fornecedor. Outrossim, este pleito também obedece ao limite imposto por lei às contratações adicionais, **que não devem ultrapassar cinquenta por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preço. É o que consta no art. 22, parágrafo terceiro, do Decreto nº. 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018, *in verbis*:



SOBRAL
PREFEITURA
SECRETARIA DA JUVENTUDE,
ESPORTE E LAZER



“Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (REDAÇÃO ALTERADA PELO DECRETO Nº 9.488/2018)**”.

O Município de Sobral regulou o tema a partir do artigo 34 do Decreto Municipal nº 2257 de 30 de Agosto de 2019, a qual revela:

Art. 34. Para a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, de ata de registro de preços do próprio Município de Sobral na qualidade de órgão não participante, a solicitação deverá ser instruída conforme documentos dispostos no Anexo II deste decreto.

Aliado as considerações acima relatadas, no presente caso, é solar a existência de submissão aos termos do Decreto Municipal nº 2257, de 30 de agosto de 2019, no tocante a Regulamentação, no âmbito do município de Sobral, o sistema de registro de preços previsto no art. 15, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vejamos:

(...)

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

(...)

(destaquei)

Cumprе destacar que há procedimento, denominado carona ou adesão à ata de registro de preços, acessório à formação da ata de registro de preço, consistente em adesão a esta por outros entes públicos. Tal instituto encontra amparo legal e constitucional e está regulamentado pelo Decreto Municipal nº 2.257 de 30 de agosto de 2019 e demais dispositivos legais pertinentes.

Por este modo de aquisição, o órgão não-participante, mesmo não figurando na origem do procedimento, possui a faculdade de aderir à ata de registro de preço após a devida consulta ao órgão gerenciador e respectiva aceitação pelos fornecedores, condutas que foram devidamente observadas pelo requerente, que obteve anuência do gestor da ata bem como do fornecedor. Outrossim, este pleito também obedece ao limite imposto por lei às contratações adicionais, que não devem ultrapassar cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preço. É o que consta no Decreto Municipal nº 2257 de 30 de agosto de 2019, em seu artigo 31, in verbis:

Art. 31. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, nas esferas Municipais, Estaduais ou Federal, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante a aceitação do órgão gerenciador.

§1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§3º As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§5º Não poderão ser aceitos pedidos de utilização da ata de registro de preços por órgãos e entidades não participantes, quando já houverem sido utilizados cem por cento do quantitativo dos itens registrados.

§6º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do

descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

Após analisar a solicitação da Coordenadoria Administrativa Financeira da SECJEL, verificamos que as especificações técnicas dos produtos solicitados são compatíveis com o que está disposto a ser fornecido pela empresa participante, não havendo, portanto, nenhum óbice quanto à sua utilização. Destacamos também que o procedimento ora requerido está em conformidade com os requisitos e definições dispostos no artigo 15, da Lei 8.666/93, que trata das aquisições pelo Poder Público, bem como no disposto nos decretos supracitados.

De fato, não se percebe nenhuma impossibilidade para a adesão da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer à ata de registro de preços em epígrafe, através da modalidade de carona. Em verdade, tal ato se apresenta como imperativo de atendimento ao interesse público, princípio formador da atividade administrativa.

IV – DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, abstraídas as questões técnicas e resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, esta Coordenadoria **opina** pelo prosseguimento do processo de **Adesão (CARONA) a Ata de Registro de Preços nº 011/2022 – SECULT**, decorrente **Pregão Eletrônico Nº 171/2021**, cujo objeto é o “Registro de Preços para futuros e eventuais serviços de locação de som, iluminação e painéis de led para dar suporte na realização de eventos na cidade de Sobral promovidos pela Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral, conforme as especificações e quantitativos previstos no Edital”, tendo como detentora do registro de preços as empresas BR ALL COMERCIO, SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.054.102/0001-06 e R.N.L. MADEIRA ME, inscrita no CNPJ nº 07.879.214/0001 - 29, no valor global de R\$ 112.860,00 (cento e doze mil e oitocentos e sessenta reais, tendo em vista não haver nenhum óbice legal para a contratação ora sob análise.



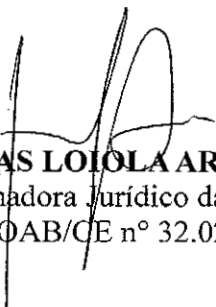
SOBRAL
PREFEITURA
SECRETARIA DA JUVENTUDE,
ESPORTE E LAZER



Remeta-se os autos do presente processo ao Exmo. Sr. Secretário da Juventude, Esporte e Lazer para considerações. Empós, tramite-se a presente demanda à Central de Licitações de Sobral/CE para providências.

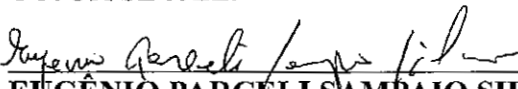
Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sobral/CE, 20 de junho de 2022.


LUCAS LOIOLA ARAGÃO
Coordenadora Jurídico da SECJEL
OAB/CE nº 32.026

DESPACHO:

De acordo com a íntegra do Parecer nº 058/2022 – COJUR/SECJEL.


EUGÊNIO PARCELI SAMPAIO SILVEIRA
Secretário da Juventude, Esporte e Lazer